



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

PARECER JURÍDICO

Concorrência Pública n.º 007/2023

Interessado: Comissão Permanente de Licitações

1 – OBJETO

Trata-se de parecer jurídico referente à impugnação ao edital apresentado pela empresa N.M.B CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 37.406.334/0001-70, em relação à Concorrência Pública nº 007/2023, cujo objeto é a *“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM RESPONSABILIDADE TÉCNICA, FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DA RUA COBERTA.”*

A impugnante apresentou manifestação no sentido de que restaram verificadas divergências entre a Planilha, Memorial e Projeto de Obra, todas de natureza técnica, as quais restaram respondidas pela área competente.

Além disto, manifestou acerca de questões postas no instrumento convocatório, a exemplo, prazo de assinatura de contrato, sanções previstas, critério de reajuste e critérios no pagamento.

Em síntese, no que tange a assinatura do contrato, alega não haver prazo previsto no edital para tanto.

Quanto às sanções, aduz que ausente a proporcionalidade à parcela adimplida, afronta ao princípio da razoabilidade, pugna assim por alterações do instrumento.

No cálculo do reajuste, questiona a data base para sua anualidade e o índice utilizado.

Da mesma forma, no que concerne ao pagamento, pugna alteração do índice e do percentual.

Assim, feito este breve resumo da impugnação apresentada, passa-se a análise de seu mérito.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

2 –DO MÉRITO

Quanto às questões técnicas, estas já restaram respondidas pela área responsável da Divisão de Planejamento, não havendo necessidade de adentrar ao mérito.

No que tange as demais questões, passamos a pontuá-las a seguir:

a) Prazo para assinatura do contrato:

Em que pese a manifestação da impugnante, não assiste razão a alegação de ausência de prazo para assinatura do contrato. Veja-se que o item 11.1 é claro ao determinar o prazo de 05 dias úteis para assinatura, contados da data da notificação do contratado.

b) Previsão de sanção proporcional à parcela inadimplida:

Tem-se que procedente em parte as alegações da impugnante, razão pela qual orienta-se a seguinte alteração na redação do previsto no instrumento convocatório, passando a ter a seguinte redação:

8.1. Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas, além da multa:

8.1.1. advertência;

8.1.2. suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, no prazo de até 2 (dois) anos, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93;

8.1.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo do que estipulam os arts. 87 e 88 e incisos da Lei Federal n. 8.666/93;

8.2. O atraso na execução do objeto implicará multa de;

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor do contrato, subtraída a parte adimplida, limitada a 15 (quinze) dias;

b) 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, subtraída a parte já adimplida, em caso de exceder o limite previsto na alínea anterior.

8.2.1. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

8.2.2. Caso a CONTRATADA apresente justificativa e esta for aceita pela fiscalização, a multa de mora não será aplicada.

8.3. A CONTRATADA estará sujeita a multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, subtraída a parte adimplida, nos seguintes casos:

a) quando o objeto não for executado de acordo com as especificações da proposta apresentada e do Contrato, ou houver negligência na execução do objeto contratado;

b) quando a CONTRATADA negar-se a corrigir deficiências ou a refazer os serviços solicitados;

c) pela inexecução parcial do que foi proposto e contratado; e

d) pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente.

8.4. No caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

8.5. O MUNICÍPIO poderá utilizar o valor unitário do item ou da parte inadimplida como base de cálculo, considerando, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da Contratada.

8.6. As penalidades previstas não serão aplicadas no caso de falta de providências por parte do MUNICÍPIO na observância de suas obrigações, que diretamente influam no cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, ou ainda, no caso de força maior devidamente comprovada.

8.8. Na aplicação das sanções administrativas serão garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8.9. Na aplicação das penalidades previstas neste contrato, o MUNICÍPIO considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da CONTRATADA, podendo deixar de aplica-las se admitidas as suas justificativas.

8.10. A aplicação das penalidades previstas neste item não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha causar ao MUNICÍPIO.

8.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

penalidade ou inadimplência contratual, podendo o MUNICÍPIO efetuar as devidas compensações para quitação dos débitos.

c) Critério de reajuste:

Tenho que assiste razão em parte a impugnante.

Conforme já exarado em pareceres anteriormente, tenho que a data-base para análise da anualidade do reajuste deva ser a data limite para a apresentação das propostas e, no caso de obras, o índice aplicado para o reajuste deverá ser o INCC, sendo esta também a prática utilizada, inclusive, nos contratos formalizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Assim, sugere-se a alteração para que conste da seguinte forma:

“9.3. O preço proposto pelos serviços somente será passível de reajuste decorrido um ano da data da proposta, mediante expressa e fundamentada solicitação da parte interessada, tomando-se então como base os índices estabelecidos pela variação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, divulgado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas).

d) Pagamento:

Assiste me parte a alegação do impugnante, principalmente com relação ao percentual e sua periodicidade.

Assim, sugere-se a alteração da cláusula, usando como referência, mais uma vez, o que pratica o TCE-RS, conforme abaixo:

“10.6. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o INPC, e, a acrescido de juros de 0,033%, ao dia.”



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

3 – CONCLUSÃO

Pelo exposto, conclui-se pelo deferimento parcial das impugnações, nos termos do parecer, alterando-se os itens sugeridos, bem como o já manifestado pela equipe técnica.

Campo Bom/RS, 25 de julho de 2023.



Pedro Santos de Azevedo
OAB/RS 88.934